

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE GOIÂNIA

Andréa Helena Valério¹

PUC GOIÁS, BRASIL

andreavalerio@terra.com.br

Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés²

Data de recebimento: 02/05/2011 - Data de aprovação: 31/05/2011

RESUMO

O artigo aborda como a falta de um planejamento urbano adequado e a preocupação com o meio ambiente podem afetar uma cidade em diferentes aspectos, tendo como parâmetro comparativo as experiências em vários municípios brasileiros. A escolha do tema justifica-se também pela necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o comportamento do ser humano juntamente com o poder público em promover pequenos gestos e produzir grandes resultados; e um bom começo é praticar os “três erres”: reduzir, reutilizar e reciclar. Portanto, planejar de forma sustentável uma cidade, no caso Goiânia – objeto de estudo – é integrar a sociedade e todos os segmentos da administração pública na mesma discussão, ou seja, discutir qualidade de vida partindo da sustentabilidade ambiental; sendo que desenvolvimento sustentável não é ambientalismo nem apenas ambiente, mas sim um processo de equilíbrio entre os objetivos econômicos, ambientais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Ordenamento Territorial. Planejamento Urbano. Desenvolvimento Urbano. Sustentabilidade Urbana.

THE IMPORTANCE OF URBAN DEVELOPMENT REFORM SUSTAINABLE CITY GOIÂNIA

ABSTRACT

The article addresses the lack of an urban planning appropriate and concern for the environment may affect a town on different aspects, taking as comparative parameter experiences in several Brazilian municipalities. The choice of subject also justifies the need for further reflection on the behavior of the human being with the public power in promoting small gestures and produce great results; and a good start is practice the "three erres": reduce, reuse and recycle. Therefore, scheme in a sustainable way a city, in the case Goiânia – study object – is to integrate the society

¹ Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal de Goiás, Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e trabalha com Analista em Obras e Urbanismo pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo/SEPLAM.

E-mail: andreavalerio@terra.com.br

² Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor e Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Territorial da PUC-Goiás. Pesquisador e Coordenador do Observatório das Metrópoles: Núcleo Goiânia.

and all segments of the public administration in the same discussion, namely, to discuss quality of life on the basis of environmental sustainability; and sustainable development is not environmentalism nor only environment, but a process of balance between the objectives economic, environmental and social.

KEYWORDS: Urbanization. Spatial Planning. Urban Planning. Urban Development. Urban sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, a corrida atrás do conhecimento acontecia de forma intencional, ou seja, as pessoas eram financiadas a descobrir o até então desconhecido – a natureza. A intenção era reconhecê-la para dominá-la socialmente. O naturalista alemão Humboldt fez viagens de observação na América, África, Ásia e Europa descrevendo características naturais sobre formação aquática, terrestre, flora, fauna, e aspectos sobre a atmosfera (MENDONÇA, 2002, p.74).

Humboldt não era um pesquisador financiado, mas pertencendo à nobreza, usava sua curiosidade intelectual em busca do conhecimento sobre “novos mundos”. Suas pesquisas eram voltadas à geologia, depois botânica e, por último, conhecimento geral. Juntamente com um botânico, aliado à sua expedição, ele descobre o “porquê” das diferentes vegetações existentes na Terra. Ao mesmo tempo, tenta explicar as diferenças da Terra a partir das descrições analíticas dos lugares.

No âmbito das ciências, de modo geral, a temática ambiental tem estado sempre presente e vem sendo tratada de forma diferenciada de acordo com cada momento histórico. Na Europa e EUA, o interesse pelas ciências naturais começou a tomar vulto a partir do séc. XIX baseados em trabalhos como os de Humboldt, Darwin, Davis, e outros pesquisadores da época. A partir de então, começa a se verificar uma mudança no comportamento face aos recursos naturais, no sentido de preservá-los.

Principalmente na Europa, berço das antigas civilizações começam a ser sentidos os efeitos do uso irracional e indiscriminado dos recursos naturais e da degradação ao meio físico, pois algumas regiões já sofriam com enchentes devido à destruição da mata ciliar, mais precisamente na cabeceira dos rios. (NUNES; FIGUEROA, 1985, p.535).

Porém, para a sociedade, várias foram as eventualidades que marcaram o mundo, afetando severamente a maneira de pensar e viver das pessoas. De acordo com MENDONÇA (2002, p.62), alguns fatos da história transformaram a maneira de pensar o meio ambiente.

Entre eles, a Segunda Guerra Mundial foi um impacto para a sociedade, ao revelar a capacidade de destruição das armas construídas pelo homem. A população sobrevivente das áreas de conflito teve como função reconstruir seus espaços destruídos. Após o grande confronto surgem algumas iniciativas na Europa e EUA, com o objetivo de preservar o meio ambiente e de garantir a paz. Estava criada a base para o nascimento dos movimentos ecológicos, que também lutavam pela paz.

Com o início da abordagem ambiental na década de 50, foi ficando gradativamente mais forte nas décadas de 60 e 70. Pode-se dizer, de modo geral,

que as primeiras grandes manifestações sociais relativas à preocupação com o meio ambiente foram decorrentes do pós-guerra (MENDONÇA, 2002, p. 68).

Após a II Grande Guerra, tecnologias sujas foram exportadas para países de Terceiro Mundo, enquanto riquezas destes mesmos países tinham como destino países de Primeiro Mundo. Ao mesmo tempo, a explosão demográfica, ocorrida de forma mais representativa nos países de Terceiro Mundo, mostrou ao mundo que os recursos naturais eram esgotáveis.

A partir de 1970 surge com mais frequência as manifestações mundiais que discutem os impactos das atividades e do comportamento humano no planeta.

A conferência de Estocolmo (Suécia, 1972), Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, foi o grande marco para a questão ambiental. Reunindo países ricos e pobres, tornou pública mundialmente a temática, admitindo a degradação ambiental que o planeta já estava presenciando. O encontro associou problemas sociais e econômicos como a fome e a pobreza e discutiu a qualidade de vida da população mundial, relacionando-a às questões ambientais.

Desde então uma série de outras causas foram sendo incorporadas à temática em questão, sendo este movimento cada vez mais heterogêneo. A partir de Estocolmo, cresceu o número de países que incluíram programas ambientais em suas agendas. Anterior à Conferência, apenas doze países tinham estatais voltadas ao meio ambiente.

Já em 1981, mais de 140 países haviam criado órgãos nesta área e, paralelamente às estatais surgiram as ONG's no mundo todo.

O conceito de **educação ambiental** também foi outro tema que evoluiu juntamente com a compreensão do significado de meio ambiente na vida das pessoas. Com o aumento dos movimentos ambientalistas, do agravamento dos problemas urbanos, da crítica social ao “milagre brasileiro” e revendo sua posição em Estocolmo, é criada no Brasil, em 1974, a Secretaria de Meio Ambiente. (MENDONÇA, 2002, p. 76).

A partir daí, uma ampla legislação ambiental em âmbito nacional. Aliado a isto, os estrategistas do governo perceberam que a questão ambiental funcionava muito mais como marketing quando a mesma era declarada, do que a sua negação. Desta forma, desviavam a atenção da opinião pública dos problemas econômicos e políticos do país.

No caso brasileiro, a questão urbana transformou-se no principal problema sócio-ambiental no país, refletindo o modelo de desenvolvimento adotado.

Em 1960, quando o atual modelo de desenvolvimento teve seu início (1956-60), o Brasil tinha 60 milhões de habitantes. Destes, 46% vivia nas cidades, totalizando aproximadamente 28 milhões de habitantes urbanos. Em 1990 este quadro já havia se invertido. A população urbana atingia 115 milhões de habitantes, de um total de 148 milhões de brasileiros, ou seja, em 30 anos, enquanto a população total cresceu 2,5 vezes, o contingente urbano aumentou 400% (BECKER, 1995, p.145).

Com a expansão urbana, o Estado preocupou-se em investir em infraestrutura de transporte, comunicações e energia, deixando em segundo plano os investimentos com saneamento básico e habitação. A partir de então, os mais diversos problemas sociais surgem, concomitantes aos problemas ambientais, associados à falta de infra-estrutura sanitária adequada para a população urbana, principalmente para os habitantes das periferias das cidades brasileiras.

De acordo com LIMA & RONCAGLIO (2001, p.66), desde então a criação de organismos e estruturas administrativas estaduais e municipais, além de fazer cumprir determinações legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, buscaram acompanhar e adaptar-se às transformações sociais e administrativas da região em que estiverem inseridas.

Estas políticas têm como referência as propostas da Agenda Política Ambiental Internacional, expressa na Conferência Rio 92 e na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II, 1996). A década de 90 também foi marcada pela consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Com o intuito de atender às mudanças ocorridas com a sociedade e atingir um grau de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a escassez dos mesmos, o meio ambiente passou a fazer parte das preocupações de governos de vários países.

No caso brasileiro, com o início da crescente urbanização, algumas concepções sobre meio **ambiente x sociedade** se alteraram seguindo as modificações decorridas no mundo todo a respeito de exploração e sobrevivência, mesmo porque os estudos ambientais no Brasil se caracterizam por ser um reflexo do que se passa no exterior.

SUERTEGARAY (2004, p.111) descreve o comportamento do homem para com o ambiente "... a presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza...". O homem não só intensifica processos considerados naturais, como é capaz de produzir novos, transfigurando a natureza com muitos fatores de ordem antropogênica, que influenciam tanto no comportamento da natureza quanto na transfiguração do espaço. A poluição, pobreza, tecnologia, modos de produção e os diversos estilos de vida são alguns entre os inúmeros agentes que atuam no espaço urbano.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados funcionarão como um importante suporte de embasamento teórico-crítico para a produção final deste artigo.

Será aqui empregado um método de pesquisas bibliográficas e empíricas, método esse que se desenvolverá individualmente envolvendo diversas etapas agrupadas em três fases: heurística, documental e redacional.

Utilizar-se-á também de estudo do tipo bibliográfico utilizando material disponível em bibliotecas virtuais e convencionais e livros sugeridos por orientador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, temas como a fome e qualidade de vida perpassam pela questão ambiental, ou seja, as discussões sociais e ambientais caminham juntas.

A origem da preocupação do homem com o meio ambiente surge com a percepção humana em relação ao seu entorno, que mostra através da natureza, que os recursos naturais estão se esgotando e que outros recursos como a água podem se tornar não renováveis se considerarmos sua disponibilidade em nível local.

No Brasil a abordagem ambiental aparece com o intuito de preservar o meio ambiente a partir das transformações decorrentes da crescente urbanização brasileira.

Os recursos naturais até então eram vistos como um meio para alcançar o progresso através da exploração predatória. **A preocupação não era com o ambiente, mas com o desenvolvimento e progresso industrial do país.**

Com o passar do tempo e, conseqüentemente com a mudança de paradigmas, a temática ambiental passou a fazer parte dos planos de desenvolvimento da União, dos Estados e hoje, mais fortemente, da administração municipal. A análise destes planos de desenvolvimento, cuja preocupação ambiental está sendo agora realmente inserida, nos leva a perceber que muito ainda deve ser feito para alcançar um desenvolvimento, cujo grau de equilíbrio seja medido pela harmonização entre ambiente e progresso.

As políticas de planejamento e desenvolvimento de uma região começaram a passar pelo disciplinamento do uso do solo e, de modo geral, são de competência dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Porém, ainda é muito ampla a competência municipal de disciplinamento do uso-ocupação do solo, principalmente visando à conservação ambiental.

De acordo com a Constituição Federal, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios: proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora. Já a Política Nacional de Meio Ambiente foi estabelecida através da Lei nº. 6.938, de 31/08/1981, alterada pela Lei nº. 7.804, de 18/07/1989, sendo que este dispositivo legal constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente / SISNAMA.

Em nível federal, outro controle existente é o de bacias hidrográficas, as quais muitas vezes são constituídas por áreas de diversos Estados ou Municípios, ou seja, o seu limite físico e natural não condiz com o limite político territorial. A partir disto, observa-se a importância da administração integrada juntamente com os Estados e Municípios, pois a bacia hidrográfica deve ser considerada uma unidade de planejamento.

O adensamento urbano e o uso e ocupação indiscriminados do solo são problemas comuns nos grandes centros e hoje são temas de discussão e de planejamento pelo Poder Público em várias esferas do Governo.

De acordo com LIMA & RONCAGLIO (2001, p.135), são muitos os caminhos com variadas formas de gestões quando se trata de meio ambiente urbano, pois deve ser levada em conta a complexidade das realidades físicas e biológicas que constituem os diferentes espaços urbanos. Conforme os autores citados acima:

Hoje, diante da dimensão e complexidade que assumiram os problemas sócio-ambientais, a questão urbana é percebida, cada vez mais, na sua estreita relação com a natureza e não na sua dissociação. Isto implica na revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano, no modo de viver e conviver nas cidades.

Para alguns autores, as políticas públicas para o meio ambiente apenas internalizam discursos internacionais através da simples assimilação de documentos consorciados internacionalmente, muitas vezes substituindo seus compromissos de formular políticas urbanas para o país. ULTRAMATI (2001, p.223) relata que:

Na ausência de instrumentos de referência nacional, esses acordos ou a sua internacionalização adaptada, são valorizados e suas implementações buscadas, substituindo mesmo aquilo que antes era prática a ser formulada por governos nacionais.

Para o autor citado, além da assimilação das políticas internacionais, as agências de financiamento e de apoio contam com o poder de recursos financeiros para que se faça assimilar seus princípios, envolvendo o Banco Mundial ou organizações não governamentais de países ricos.

Planejar o urbano é pensar em todas as variáveis que integram a sociedade ao seu ambiente físico. Na discussão do planejamento urbano de uma cidade deve ser levada em conta a disponibilidade dos recursos naturais, pois os processos ecológicos mantêm o planeta capacitado a sustentar a vida.

Salienta-se também que planejar de forma sustentável uma cidade, neste caso Goiânia, é integrar a sociedade e todos os segmentos da administração pública na mesma discussão, ou seja, discutir qualidade de vida partindo da sustentabilidade ambiental, sendo que o desenvolvimento sustentável não é ambientalismo nem apenas ambiente, mas sim um processo de equilíbrio entre os objetos econômicos, financeiros, ambientais e sociais.

De acordo com MENDONÇA (2002, p.77):

Na evolução do conceito de meio ambiente observa-se o envolvimento crescente das atividades humanas, sobretudo nas quatro últimas décadas, mas ele continua fortemente ligado a uma concepção naturalista (...)

O desenvolvimento sustentável, tema este que norteia manifestações e planejamentos para o desenvolvimento das cidades, pode ser entendido como a harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e conservação do meio ambiente.

Este desenvolvimento deve ser baseado em três princípios básicos: a conservação dos sistemas ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade, a garantia da sustentabilidade dos usos que utilizam recursos renováveis e o de manter as ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores.

A implementação destes princípios amenizaria as degradações feitas aos recursos naturais explorados em função do desenvolvimento da vida humana no planeta.

A preocupação com os problemas ambientais decorrentes dos processos de crescimento e desenvolvimento deu-se de forma diferenciada entre os mais diversos segmentos da sociedade, de governos, organizações e outros agentes.

A partir da década de 70 a ciência, de maneira geral, coloca a relação sociedade versus natureza como ponto de discussão. De acordo com GONÇALVES (1989, p.54), “praticamente todos os problemas sociais se tornaram problemas ambientais e vice e versa”.

Questões como a corrida armamentista, agrotóxicos, produção alimentar e outros temas podem ser abordados com enfoque ambiental tanto quanto social. O homem, por não se considerar parte da “natureza”, dela se apropria e a transforma a partir das necessidades humanas pautadas no desenvolvimento urbano industrial.

“A utilização do território da cidade está diretamente relacionado com a qualidade do ambiente urbano” (NUCCI, 2001, p.88). As novas políticas de planejamento ambiental e de desenvolvimento sustentável das cidades visam o planejamento territorial de uma forma bem mais ampla.

Hoje percebe-se a necessidade em termos de planejamento integrado às questões ecológicas, físicas, sociais administrativas, abrangendo o todo de um sistema, cujo objetivo é o desenvolvimento planejado do sistema urbano, de forma racional, eficiente e econômica.

De acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o planejamento deve se realizar com base na concepção do desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras”.

Segundo MOTA (1999, p.47):

(...) o planejamento urbano pode ser realizado através de vários instrumentos: Disciplinamento do uso do solo: localização dos distritos industriais em relação à direção dos ventos; não ocupação em áreas de preservação ou de valor ecológico; localização de aeroportos; definição de parques e áreas livres; etc. Controle do parcelamento do solo: projetos de loteamento, impermeabilização do solo, etc. Sistema viário: vias de tráfego devem ser isoladas com barreiras de vegetação ou elevações do terreno ou afastamento, devido à poluição do ar e poluição sonora; interligação de áreas com diversos usos e evitar a localização de zonas residenciais junto a vias movimentadas.

A abordagem sócio-ambiental presente nos planos de desenvolvimento urbano deve unificar a natureza e sociedade como uma única realidade dependente uma da outra em uma relação dialética.

As ações desenvolvidas em torno do tema devem ser tratadas do ponto de vista da holisticidade para alcançar um resultado capaz de recuperar ou preservar o meio ambiente.

As questões ambientais somente serão implementadas quando houver a integração entre os vários segmentos da sociedade e os diversos órgãos das três esferas de governo.

No caso brasileiro, e especificamente Goiânia, não há como tratar de meio ambiente sem ao mesmo tempo equacionar os problemas sociais responsáveis pelo caos na qualidade de vida, principalmente das camadas periféricas da sociedade.

Outro aspecto a considerar é que o planejamento urbano se tornará inviável se prosseguir sozinho, pois requer um constante trabalho em conjunto através das políticas públicas.

Um estudo completo de planejamento com impacto direto na qualidade de vida só será realmente eficaz se ocorrer com uma equipe multidisciplinar e com a integração de todos os segmentos do governo trabalhando com todas as variáveis ambientais, sociais e econômicas presentes nas cidades. Não há como pensar em qualidade ambiental nos centros urbanos, sem melhorar a qualidade de vida da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o que acelera a degradação ambiental e a exploração irracional da natureza, tanto é o mau uso dos recursos naturais, quanto o seu desperdício.

A insensibilidade e o descomprometimento de muitas políticas públicas que não priorizam a questão ambiental no planejamento urbano se fazem presente através do descaso e da burocracia existente em torno das questões ambientais.

A pouca fiscalização, bem como a ausência de infra-estrutura e até mesmo o limitado recurso humano são empecilhos quando se trata de recursos naturais que a cada dia estão ficando mais escassos. As ações para o equilíbrio ambiental somente serão efetivadas quando se diminuir a burocracia e se unificar o caminho entre a prática e teoria.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. J. et al. Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
GONÇALVES, C.W. P. **Os (dez) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, M. D. V.; RONCAGLIO, C. Degradação sócio ambiental urbana, políticas públicas e cidadania. In: **Desenvolvimento e meio ambiente cidade e ambiente urbano**. Curitiba: UFPR, 2001. n.º 3.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

NUCCI, G.S. **Primeiras considerações sobre a Lei nº. 10.792/03**. São Paulo, 2001.

NUNES, L. H.; FIGUEROA, S. F. de M. **Uma visão ambiental no início do século**. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOLOGIA, 1985, São Paulo, Atas... São Paulo: SBG, 1985. v. 2, p. 525-551.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Desenvolvimento sustentável: uma leitura geográfica**. Apresentação de Trabalho/Conferência, 2004.

ULTRAMATI, C. Origens e uma política urbano-ambiental. In: **Desenvolvimento e meio ambiente cidade e ambiente urbano**. Curitiba: UFPR, 2001. n.º 3.